



VI. Relatório e Contas Individual

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na
Conservatória do Registo Comercial
e de Pessoa Colectiva: 500 100 144
Capital social EUR 629.293.220
Rua Actor António Silva, N.º 7
1649 - 033 LISBOA

JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A.**SOCIEDADE ABERTA**
RELATÓRIO DE GESTÃO**Exercício de 2015**

Jerónimo Martins (adiante designada por JMH) detém um portefólio de investimentos que lhe permite exercer controlo sobre um conjunto de negócios que vão desde a Distribuição Alimentar em Portugal (Pingo Doce e Recheio), na Colômbia (Ara) e na Polónia (Biedronka, Hebe e Apteka Na Zdrowie), no sector Industrial através da Unilever Jerónimo Martins e da Gallo Worldwide, no Retalho Especializado (Hussel, Olá e Jeronymo), em Serviços de Marketing e Representação (JMDPC) e ainda no sector Agro-Alimentar.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

JMH, enquanto *Holding* e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a Administração, Ambiente e Segurança Alimentar, Assuntos Jurídicos, Auditoria Interna, Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Controlo Financeiro, Estratégia e Expansão Internacional, Fiscalidade, Gestão de Risco, *Marketing* e Consumidor, Operações Financeiras, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Recursos Humanos, Relações com Investidores, Segurança, Segurança de Informação e Sistemas de Informação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços, bem como por serviços de gestão de processos de negociação em nome das Companhias do Grupo, foi de m EUR 19.619.

1. Desempenho operacional do Grupo e perspectivas para 2015

A análise das actividades do Grupo encontra-se tratada em detalhe no Relatório Consolidado de Gestão que acompanha as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício de 2015.

2. O Desempenho da Companhia

A Empresa, enquanto *Holding* e gestora de participações sociais, apresentou em 2015 resultados operacionais negativos de m EUR 4.991, o que representa uma diminuição de m EUR 2.485 face a 2014. Este decréscimo é explicado, essencialmente, pelo crescente reforço das competências da JMH, enquanto centro corporativo do Grupo Jerónimo Martins.

Os ganhos em subsidiárias, que ascenderam em 2015 a m EUR 266.231 (m EUR 323.509 em 2014), dizem respeito, essencialmente, aos dividendos distribuídos pelas sociedades em que detém participações directas e, como tal, correspondem a resultados consolidados em exercícios anteriores. Ao abrigo da legislação fiscal em vigor, estes rendimentos (dividendos) encontram-se excluídos de tributação na medida em que os mesmos foram já sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento na esfera das empresas que os geraram.

Os resultados financeiros atingiram m EUR 120 (m EUR 2.904 negativos em 2014). Para este resultado contribuiu, essencialmente, a redução da dívida financeira média ao longo do ano. Comparando com o ano anterior, a dívida financeira aumentou em m EUR 211.036, atingindo os m EUR 161.615 (em 2014, a dívida financeira era de m EUR 49.421 negativos). Este aumento da dívida financeira é explicado, essencialmente, pela diminuição dos dividendos recebidos de subsidiárias, bem como pelo aumento dos empréstimos concedidos a subsidiárias.

O resultado líquido do exercício ascendeu a m EUR 260.488 (m EUR 317.223 em 2014), maioritariamente influenciado pelos dividendos distribuídos pelas suas subsidiárias.

3. Informação sobre matérias ambientais

Não existem matérias ambientais relevantes que possam afectar o desempenho e a posição financeira da Companhia, não sendo do seu conhecimento a existência de qualquer contingência de natureza ambiental, assim como não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras quaisquer custos ou investimentos relevantes de carácter ambiental.

4. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2015, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 333.341.727,01 euros e um lucro nas contas individuais de 260.487.957,66 euros.

Atendendo à política de distribuição de dividendos, descrita no ponto 7 do Relatório Consolidado de Gestão incluído no Relatório e Contas Anual do Grupo, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

▪ Reserva Legal	13.024.397,88 euros.
▪ Reservas Livres	80.928.491,48 euros.
▪ Dividendos	166.535.068,30 euros.

Esta proposta representa o pagamento de um dividendo bruto de 0,265 euros por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira.

5. Declarações Legais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- Para além dos factos acima referidos, e dos que, em maior detalhe, constam do Relatório que acompanha as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativas ao exercício de 2015, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
- Nos termos do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 411/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
- Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de acções próprias, pelo que o número de acções próprias detidas no final do exercício de 2015 era de 859.000 acções, o mesmo de 31 de Dezembro de 2014;
- A informação acerca de eventos subsequentes, participações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no capital da Empresa e a lista dos titulares de Participações Qualificadas encontra-se melhor explanada no Relatório Consolidado de Gestão.

Lisboa, 1 de Março de 2016

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2015	2014
Prestações de serviços	31	19.619	18.677
Custo das prestações de serviços	3	(12.942)	(11.299)
Resultados brutos		6.677	7.378
Outros proveitos e ganhos operacionais	3	769	251
Custos administrativos	3	(6.102)	(4.208)
Outros custos e perdas operacionais	3	(6.485)	(5.781)
Resultados operacionais não usuais	10	150	(146)
Resultados operacionais		(4.991)	(2.506)
Custos financeiros líquidos	5	120	(2.904)
Ganhos (perdas) em subsidiárias	8	266.231	323.509
Ganhos (perdas) em outros investimentos	9	194	193
Resultados antes de impostos		261.554	318.292
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.1	(1.066)	(1.069)
Resultados líquidos		260.488	317.223
Resultado básico e diluído por ação - euros	21	0,415	0,505

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2015	2014
Resultados líquidos		260.488	317.223
Outros rendimentos integrais:			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de benefícios pós emprego	4.2	(770)	(2.067)
Imposto relacionado	7.3	173	434
		(597)	(1.633)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados			
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	26	-	593
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	16	(94)	(202)
Imposto relacionado	7.3	21	726
		(73)	1.117
Outros rendimentos integrais, líquidos de impostos		(670)	(516)
Total de rendimentos integrais		259.818	316.707

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2015	2014
Activo			
Activos fixos tangíveis	11	601	476
Activos intangíveis	12	431	415
Propriedades de investimento	13	2.470	2.470
Partes de capital em subsidiárias	14	667.946	667.946
Empréstimos a subsidiárias	15	664.050	562.400
Activos financeiros disponíveis para venda	16	274	368
Impostos diferidos activos	7.3	5.496	5.795
Outros devedores	17	19.367	19.367
Total de activos não correntes		1.360.635	1.259.237
Imposto sobre o rendimento a recuperar	7.4	166	1.298
Empréstimos a subsidiárias	15	27.300	43.100
Devedores e acréscimos e diferimentos	17	13.212	15.360
Caixa e equivalentes de caixa	18	122	49.413
Total de activos correntes		40.800	109.171
Total do activo		1.401.435	1.368.408
Capital próprio e passivo			
Capital	20.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	20.1	22.452	22.452
Acções próprias	20.2	(6.060)	(6.060)
Outras reservas	20.3	(230)	(157)
Resultados retidos	20.4	562.201	691.939
Total do capital próprio		1.207.656	1.337.467
Empréstimos obtidos	22	100.000	-
Benefícios concedidos a empregados	4.2	18.923	19.325
Provisões para riscos e encargos	24	5.016	6.038
Impostos diferidos passivos	7.3	1.300	1.077
Total de passivos não correntes		125.239	26.440
Credores e acréscimos e diferimentos	25	6.688	4.501
Empréstimos obtidos	22	61.852	-
Instrumentos financeiros derivados	26	-	-
Total de passivos correntes		68.540	4.501
Total do capital próprio e do passivo		1.401.435	1.368.408

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		629.293	22.452	(6.060)	(1.699)	568.466	1.212.432
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							
- Valor bruto	16				1.048	(1.250)	(202)
- Imposto diferido	7.3				46	825	871
Remensurações de benefícios pós-emprego							
- Valor bruto	4.2					(2.067)	(2.067)
- Imposto diferido	7.3					434	434
Variação do justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa							
- Valor bruto	26				593		593
- Imposto diferido	7.3				(145)		(145)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	1.542	(2.058)	516
Resultados do exercício de 2014						317.223	317.223
Total de rendimentos integrais		-	-	-	1.542	315.165	316.707
Pagamento de dividendos	20.5					(191.672)	(191.672)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		629.293	22.452	(6.060)	(157)	691.939	1.337.467
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							
- Valor bruto	16				(94)		(94)
- Imposto diferido	7.3				21		21
Remensurações de benefícios pós-emprego							
- Valor bruto	4.2					(770)	(770)
- Imposto diferido	7.3					173	173
Variação do justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa							
- Valor bruto	26				-		-
- Imposto diferido	7.3				-		-
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(73)	(597)	(670)
Resultados do exercício de 2015						260.488	260.488
Total de rendimentos integrais		-	-	-	(73)	259.891	259.818
Pagamento de dividendos	20.5					(389.629)	(389.629)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		629.293	22.452	(6.060)	(230)	562.201	1.207.656

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2015	2014
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e outros devedores		24.475	21.809
Pagamentos a fornecedores		(18.561)	(17.621)
Pagamentos ao pessoal		(10.023)	(9.697)
Caixa gerado pelas operações	19	(4.109)	(5.509)
Juros e custos similares pagos	5	(133)	(3.894)
Imposto sobre o rendimento pago		2.404	(7.517)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(1.838)	(16.920)
Actividades de investimento			
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	15	25.550	43.202
Alienação de activos fixos tangíveis	11	9	4
Juros recebidos	8	6.410	8.054
Dividendos recebidos	8	259.900	315.500
Aquisição de partes de capital em subsidiárias	14	-	(18)
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	15	(111.400)	(3.275)
Aquisição de outros activos financeiros	16 e 17	-	(19.598)
Aquisição de activos fixos tangíveis	11	(218)	(108)
Aquisição de activos intangíveis	12	(265)	(259)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		179.986	343.502
Actividades de financiamento			
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	22	161.852	-
Recebimentos de juros e proveitos similares	5	338	298
Reembolso de empréstimos obtidos	22	-	(100.000)
Pagamento de dividendos	20.5	(389.629)	(191.672)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(227.439)	(291.374)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(49.291)	35.208
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.413	14.205
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(49.291)	35.208
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18	122	49.413

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	Página
1. Actividade.....	270
2. Políticas contabilísticas.....	270
3. Custos operacionais.....	278
4. Empregados.....	278
5. Custos financeiros líquidos.....	281
6. Locações operacionais.....	281
7. Impostos.....	281
8. Ganhos (perdas) em subsidiárias.....	283
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos.....	284
10. Resultados operacionais não usuais.....	284
11. Activos fixos tangíveis.....	284
12. Activos intangíveis.....	286
13. Propriedades de investimento.....	287
14. Partes de capital.....	288
15. Empréstimos concedidos.....	288
16. Activos financeiros disponíveis para venda.....	288
17. Devedores e acréscimos e diferimentos.....	289
18. Caixa e equivalentes de caixa.....	289
19. Caixa gerado pelas operações.....	290
20. Capital e reservas.....	290
21. Resultado por acção.....	291
22. Empréstimos obtidos.....	292
23. Dívida financeira.....	292
24. Provisões e ajustamentos ao valor de realização.....	293
25. Credores e acréscimos e diferimentos.....	293
26. Instrumentos financeiros derivados.....	294
27. Garantias.....	295
28. Contingências.....	295
29. Subsidiárias e activos financeiros disponíveis para venda.....	296
30. Subsidiárias, <i>joint ventures</i> e associadas – participações directas e indirectas.....	296
31. Partes relacionadas.....	296
32. Informação sobre riscos financeiros.....	300
33. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	301
34. Eventos subsequentes à data do balanço.....	301

1. Actividade

A Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a Empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua actividade consiste essencialmente na gestão dos seus investimentos em Companhias do Grupo. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2015 encontram-se detalhados no Capítulo II do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144

JMH está cotada na NYSE Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 1 de Março de 2016.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Individuais. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2015.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita às propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados e aos activos financeiros disponíveis para venda, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como, as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e suposições adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.8).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação

2.1.1 Novas normas ou alterações adoptadas por JMH

Em 2014 foi emitido pela UE o seguinte Regulamento, o qual foi adoptado por JMH no exercício de 2015:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1361/2014	Ciclo 2011-2013 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor e IAS 40 Propriedades de Investimento (alterações)	Dezembro 2013	1 Janeiro 2015

A JMH adoptou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais de JMH.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE, mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2015 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou um conjunto de alterações às IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC):

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 28/2015	Ciclo 2010-2012 de melhorias às normas IFRS: IFRS 2 Pagamento com Base em Acções, IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 8 Segmentos Operacionais, IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor, IAS 16 Activos Fixos Tangíveis, IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas e IAS 38 Activos Intangíveis (alterações)	Dezembro 2013	1 Fevereiro 2015
Regulamento n.º 29/2015	IAS 19 – Benefícios dos Empregados: Planos de Benefícios Definidos - Contribuições dos Empregados (alterações)	Novembro 2013	1 Fevereiro 2015
Regulamento n.º 2113/2015	IAS 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 41 Agricultura: Plantas que produzem activos biológicos consumíveis (alterações)	Junho 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2173/2015	IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de aquisição de interesses em operações conjuntas, enquanto negócios (alterações)	Mai 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2231/2015	IAS 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 Activos Intangíveis: Clarificação sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização (alterações)	Mai 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2343/2015	Ciclo 2012-2014 de melhorias às normas IFRS: IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios dos Empregados e IAS 34 Relato Financeiro Intercalar (alterações)	Setembro 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2406/2015	IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Iniciativa "Divulgações" (alterações)	Dezembro 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2441/2015	IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais: Método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (alterações)	Agosto 2014	1 Janeiro 2016

Estas alterações às normas são efectivas para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais. De nenhuma delas se espera que venha a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014, as seguintes normas e alterações que se encontram ainda em processo de aprovação pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	Janeiro 2014	Data a determinar ¹
IFRS 15 Rêdito de Contratos com Clientes (nova)	Mai 2014	1 Janeiro 2018
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou <i>joint venture</i> (alterações)	Setembro 2014	Data a determinar ²
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Entidades investidoras - Aplicação da isenção de consolidação (alterações)	Dezembro 2014	1 Janeiro 2016

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações.

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura destas novas normas e alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, a JMH não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2015, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores, que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com activos financeiros disponíveis para venda, que sejam instrumentos de capital próprio.

2.3 Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluem que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros activos líquidos (nota 2.5).

2.4 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço de JMH na data de negociação ou contratação, que é a data em que JMH se compromete a adquirir o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando: i. expiram os direitos contratuais de JMH ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ii. JMH tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou iii. não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, JMH tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando, e só quando, JMH tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

JMH classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é reconhecido nesta categoria se foi classificado como detido para negociação ou se foi designado como tal no reconhecimento inicial. Os activos financeiros são detidos para negociação se forem adquiridos com a principal intenção de serem vendidos no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais de JMH, no fornecimento de serviços, e sobre os quais JMH não tem intenção de negociar. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

São incluídos no activo corrente, excepto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato, os quais são classificados como activos não correntes.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: i. JMH tem intenção de manter por tempo indeterminado; ii. são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou iii. não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

As partes de capital detidas que não sejam participações em Empresas do Grupo, Empresas controladas conjuntamente ou associadas são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda e reconhecidas no balanço como activos não correntes.

Estes activos financeiros são contabilizados inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. As variações de justo valor subsequentes são registadas directamente em Outras reservas até que o activo financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido no capital próprio, é incluído no resultado líquido do período. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de ganhos em outros investimentos, quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os activos financeiros disponíveis para venda relativos a investimentos em instrumentos de capital são registados ao custo quando o seu justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 13) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos de JMH são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Nesta categoria incluem-se as partes de capital em subsidiárias. Nos testes de imparidade a partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimentos do mercado para cada uma das áreas de negócio, com base em projecções de *cash flows* para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de vender e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

JMH analisa, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

A quantia recuperável de contas a receber corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original.

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de

uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

No caso de partes de capital classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os activos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade do activo financeiro anteriormente reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que JMH não irá receber todos os montantes a que tem direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de três meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

Os ajustamentos para perdas por imparidade são determinados pela diferença entre a quantia recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para a quantia recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas por imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registados em resultados.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontram vencidos são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6 Reconhecimento de proveitos

Prestações de serviços

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

2.7 Informação por segmentos

Dada a actividade de gestão de participações financeiras desenvolvidas por JMH, o reporte da informação relativa a segmentos operacionais nas contas individuais de JMH não faz sentido. Esta informação encontra-se pormenorizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.8 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor das propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos, requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efectuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor actual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias. No sentido de determinar se a imparidade é permanente, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de factores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1%, o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1%	190	47

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes de efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente.

Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva *yield* para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva *yield* requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [1,70% - 2,10%]
- Intervalo alargado [1,50% - 2,30%]

Face a estes resultados, JMH decidiu reduzir a taxa de desconto de 2,0% para 1,75%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Pressuposto utilizado	Impacto nas responsabilidades com benefício definido		
		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	1,75%	0,50%	(752)	805
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	0,50%	19	(18)
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	0,50%	785	(733)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	1.098	(1.056)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar significativamente os resultados futuros.

2.9 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e que esses preços representem transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

JMH aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado. No caso dos instrumentos financeiros derivados, JMH utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado e para os quais JMH utiliza estimativas e pressupostos internos.

Caixa e equivalentes de caixa e devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa a pagar esperados. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os instrumentos de capital cotados na NYSE Euronext Lisboa;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os derivados *over-the-counter* contratados por JMH, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações *inputs* que não são directamente observáveis no mercado.

	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	274	274	-	-
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.744	274	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-
	2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	368	368	-	-
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.838	368	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.11 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2015						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	122	-	-	122	-	122
Activos financeiros detidos para venda	-	274	-	274	-	274
Empréstimos a participadas	691.350	-	-	691.350	-	691.350
Devedores e acréscimos	31.034	-	-	31.034	1.545	32.579
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	677.110	677.110
Total activos	722.506	274	-	722.780	678.655	1.401.435
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	161.852	161.852	-	161.852
Credores e acréscimos	-	-	2.213	2.213	4.475	6.688
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	25.239	25.239
Total passivos	-	-	164.065	164.065	29.714	193.779

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2014						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	49.413	-	-	49.413	-	49.413
Activos financeiros detidos para venda	-	368	-	368	-	368
Empréstimos a participadas	605.500	-	-	605.500	-	605.500
Devedores e acréscimos	31.956	-	-	31.956	2.771	34.727
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	678.400	678.400
Total activos	686.869	368	-	687.237	681.171	1.368.408
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-
Credores e acréscimos	-	-	1.507	1.507	2.994	4.501
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	26.440	26.440
Total passivos	-	-	1.507	1.507	29.434	30.941

3. Custos operacionais

Custos das prestações de serviços

Os custos das prestações de serviços correspondem aos custos incorridos por JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas. Desta forma, são imputados às Companhias os custos relativos a cada um dos departamentos de JMH, na percentagem que cada um deles depende nessa prestação de serviços.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos na percentagem que não é imputada às Companhias, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afectação real.

Outros custos e perdas operacionais

Os outros custos e perdas operacionais incluem, entre outros, os custos incorridos com estudos sobre outros mercados, bem como donativos e patrocínios atribuídos de acordo com a política de Responsabilidade Social do Grupo.

3.1 Custos operacionais por naturezas

	2015	2014
Fornecimentos e serviços externos	12.465	10.338
Rendas e alugueres	1.065	1.064
Custos com pessoal	10.540	9.083
Depreciações e amortizações	378	377
Outros ganhos e perdas operacionais	312	175
	24.760	21.037

4. Empregados

4.1 Custos com o pessoal

	2015	2014
Ordenados e salários	7.515	5.761
Segurança social	1.380	1.302
Benefícios dos empregados (nota 4.2)	544	1.004
Outros custos com pessoal	951	1.162
	10.390	9.229

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros. No final do exercício de 2015, o número de empregados ao serviço ascendia a 114 (em 2014, eram 96). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 105 (em 2014, eram 94).

Em 2015, a diferença entre o total de custos com pessoal, apresentados na nota 3.1 e o montante total apresentado na nota 4.1, no montante de m EUR 150, respeita a custos operacionais não usuais associados ao impacto da alteração de pressupostos actuariais. Em 2014, a mesma diferença, no montante de m EUR 146, respeita a custos operacionais não usuais associados ao impacto da alteração de pressupostos actuariais (m EUR 90), e a planos de reestruturação (m EUR 56).

4.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais JMH efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

JMH incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas por JMH sobre as mesmas.

As contribuições de JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais JMH garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente por JMH.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método de rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em JMH engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2015	2014
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	18.385	18.691
Prémios de antiguidade	538	634
Total	18.923	19.325

Valores reflectidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2015	2014	2015	2014
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	265	270	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	360	586	770	2.067
Prémios de antiguidade	(81)	148	-	-
Total	544	1.004	770	2.067

Apresenta-se de seguida uma breve descrição das alterações ocorridas em cada um deles:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	18.691	17.480	634	498
Custos com juros	-	-	360	586	13	18
Custos dos serviços correntes (Ganhos)/perdas actuariais	265	270	-	-	56	40
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	373	2.168	9	75
Alterações de experiência	-	-	397	(101)	(159)	15
Contribuições ou Reformas pagas	(265)	(270)	(1.436)	(1.442)	(15)	(12)
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	18.385	18.691	538	634

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2015	2014
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,75%	2,0%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	2,5%	2,5%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adoptados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos cinco anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	2016	2017	2018	2019	2020
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.376	1.316	1.256	1.196	1.132
Prémios de antiguidade	33	79	20	46	65
Total	1.409	1.395	1.276	1.242	1.197

5. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2015	2014
Juros suportados	(35)	(2.734)
Juros obtidos	196	114
Outros custos e proveitos financeiros	(41)	(284)
Custos financeiros líquidos	120	(2.904)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de fluxos de caixa (ver nota 26). Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de crédito e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações operacionais

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

Os custos registados na demonstração dos resultados relativos a locações operacionais são como se apresentam:

	2015	2014
Imóveis – terceiros	6	6
Imóveis – Grupo	510	496
Equipamento transporte – terceiros	511	521
Equipamento informático – terceiros	30	34
	1.057	1.057

Para além dos custos apresentados, existiram alugueres ocasionais ao longo do ano que ascenderam a m EUR 8 (2014: m EUR 7).

Os contratos de aluguer de viaturas e equipamento informático ao serviço de JMH revestem a natureza de locações operacionais. Estes não prevêem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

Os pagamentos mínimos associados aos alugueres de viaturas e equipamento informático ascendem a:

	2015	2014
Pagamentos até 1 ano	343	514
Pagamentos entre 1 e 5 anos	367	574
Total pagamentos futuros	710	1.088

Todos estes contratos são canceláveis, mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações ascendiam, no final de 2015, a m EUR 78 (2014: m EUR 71).

7. Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevados em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a Companhia espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

7.1 Imposto sobre o rendimento do exercício

	2015	2014
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(348)	(1.112)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	(2)	17
	(350)	(1.095)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas ou revertidas no período	(716)	449
Redução da taxa de imposto	-	(423)
	(716)	26
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(1.066)	(1.069)

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2015	2014
Resultado antes de imposto (RAI)	261.554	318.292
Imposto à taxa de 22,5% (2014: 24,5%)	(58.850)	(77.982)
Efeito fiscal de:		
Resultado não sujeito a imposto e não recuperável	58.336	77.956
Custos não dedutíveis	(320)	(336)
Alteração da taxa de imposto	-	(423)
Excesso/(insuficiência) estimativa do ano anterior	(2)	17
Tributações autónomas e derrama estadual	(230)	(301)
Imposto do ano	(1.066)	(1.069)
Taxa média efectiva de imposto	0,41%	0,34%

Em 2015, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21% (em 2014, era de 23%). Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

A taxa média de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2015	2014
Impostos diferidos activos	5.496	5.795
Impostos diferidos passivos	(1.300)	(1.077)
	4.196	4.718

	01/01/2015	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2015
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	803	-	21	824
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.348	(263)	173	4.258
Valorização de inst. financeiros derivados ao justo valor	-	-	-	-
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	644	(230)	-	414
	5.795	(493)	194	5.496
Impostos diferidos passivos				
Reavaliações de activos	(178)	-	-	(178)
Outras diferenças temporárias	(899)	(223)	-	(1.122)
	(1.077)	(223)	-	(1.300)
Variação líquida de imposto diferido	4.718	(716)	194	4.196

	01/01/2014	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2014
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	-	(68)	871	803
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.404	(490)	434	4.348
Valorização de inst. financeiros derivados ao justo valor	145	-	(145)	-
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	691	(47)	-	644
	5.240	(605)	1.160	5.795
Impostos diferidos passivos				
Reavaliações de activos	(194)	16	-	(178)
Outras diferenças temporárias	(1.514)	615	-	(899)
	(1.708)	631	-	(1.077)
Variação líquida de imposto diferido	3.532	26	1.160	4.718

7.4 Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2015	2014
Imposto sobre o rendimento a recuperar	166	1.298
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-
	166	1.298

JMH integra, desde 1 de Janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além de JMH, o grupo é constituído pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio Cash & Carry S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Caterplus – Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Jerónimo Martins – Lacticínios de Portugal, S.A.
- Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2015	2014
Dividendos recebidos	259.900	315.500
Juros de empréstimos concedidos	6.331	8.018
Juros de empréstimos obtidos	-	(9)
	266.231	323.509

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos (perdas) em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2015	2014
Rendas de propriedades de investimento	194	193
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-
	194	193

10. Resultados operacionais não usuais

Os resultados operacionais não usuais (não recorrentes) que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer a performance financeira de JMH, bem como a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da demonstração consolidada dos resultados por funções. Estes resultados são excluídos dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

	2015	2014
Impacto da alteração de pressupostos actuariais	150	(90)
Custos com planos de reestruturação	-	(56)
	150	(146)

11. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção de JMH utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

11.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto					
	01/01/2015	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2015
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	215	41	-	-	256
Equipamento de transporte	142	-	-	-	142
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.165	79	(12)	-	2.232
Outros activos fixos tangíveis	389	-	-	-	389
Activos fixos tangíveis em curso	-	143	-	-	143
	2.913	263	(12)	-	3.164
Depreciações e perdas por imparidade acumulada					
	01/01/2015	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2015
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	65	23	-	-	88
Equipamento de transporte	68	22	-	-	90
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	1.976	84	(3)	-	2.057
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.437	129	(3)	-	2.563
Valor líquido	476				601

11.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto					
	01/01/2014	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2014
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	211	4	-	-	215
Equipamento de transporte	93	74	(25)	-	142
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.131	34	-	-	2.165
Outros activos fixos tangíveis	389	-	-	-	389
	2.826	112	(25)	-	2.913
Depreciações e perdas por imparidade acumulada					
	01/01/2014	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2014
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	44	21	-	-	65
Equipamento de transporte	78	11	(21)	-	68
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	1.900	76	-	-	1.976
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.350	108	(21)	-	2.437
Valor líquido	476				476

11.3 Equipamento em regime de locação financeira

No final de 2015 e 2014, não existiam equipamentos em locação financeira.

11.4 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

12. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do processo em desenvolvimento e JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua utilização.

As licenças de *software* de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *software* são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço.

Os activos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

12.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto

	01/01/2015			Transferências e abates	31/12/2015
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações		Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.195	143	-	49	1.387
Activos intangíveis em curso	49	122	-	(49)	122
	1.244	265	-	-	1.509

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2015			Transferências e abates	31/12/2015
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações		Saldo final
Despesas de desenvolvimento	829	249	-	-	1.078
	829	249	-	-	1.078
Valor líquido	415				431

12.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto					
	01/01/2014			Transferências	31/12/2014
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	e abates	Saldo final
Despesas de desenvolvimento	941	210	-	44	1.195
Activos intangíveis em curso	44	49	-	(44)	49
	985	259	-	-	1.244
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
	01/01/2014			Transferências	31/12/2014
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	e abates	Saldo final
Despesas de desenvolvimento	560	269	-	-	829
	560	269	-	-	829
Valor líquido	425				415

13. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma *yield* que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma *yield* entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de m EUR 194 (2014: m EUR 193). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente, encontrando-se o mesmo valorizado por m EUR 2.470 (2014: m EUR 2.470).

Em 2015, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de m EUR 4 (2014: m EUR 6), reconhecidas em resultados em outros custos e perdas operacionais.

14. Partes de capital
14.1 Em subsidiárias

	2015	2014
Valor líquido em 1 de Janeiro	667.946	667.928
Aumentos	-	18
Diminuições	-	-
Valor líquido em 31 de Dezembro	667.946	667.946

O aumento ocorrido em 2014 diz respeito à constituição da subsidiária Origins – Agro Business Investments B.V.

O valor líquido de partes de capital em subsidiárias, encontra-se deduzido do montante de m EUR 121.026 relativo a perdas por imparidade (nota 24).

15. Empréstimos concedidos
15.1 Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2015	2014
Valor líquido em 1 de Janeiro	562.400	590.542
Aumentos	104.445	110
Diminuições	(2.795)	(28.252)
Valor líquido em 31 de Dezembro	664.050	562.400

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros) e suprimentos de médio/longo prazo (remunerados a taxas normais de mercado).

Empréstimos correntes	2015	2014
Valor líquido em 1 de Janeiro	43.100	54.885
Aumentos	6.955	3.165
Diminuições	(22.755)	(14.950)
Valor líquido em 31 de Dezembro	27.300	43.100

Os empréstimos correntes vencem juros a taxas normais de mercado.

16. Activos financeiros disponíveis para venda

	2015	2014
Acções BCP	3.936	3.936
Ajustamentos para o justo valor (nota 24)	(3.662)	(3.568)
	274	368

Em 31 de Dezembro de 2015, os títulos do BCP em carteira eram 5,598 milhões de acções (2014: 5,598 milhões de acções) foram valorizados ao valor de mercado (nível 1 da hierarquia do justo valor) conforme a cotação na Euronext de Lisboa em 31 de Dezembro de 2015 de 0,0489 euros por acção (2014: 0,0657 euros por acção). As variações ao justo valor destes activos foram relevadas directamente no capital próprio por m EUR 94 negativos (2014: m EUR 202 negativos).

17. Devedores e acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber de serviços prestados pela JMH no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade.

	2015	2014
Não correntes		
Outros devedores (depósitos colaterais)	19.367	19.367
	19.367	19.367
Correntes		
Subsidiárias e <i>joint ventures</i>	7.621	7.249
Saldos devedores de fornecedores	52	24
Outros devedores	92	851
Impostos a recuperar:		
IRC de exercícios anteriores	1.228	2.518
IVA a recuperar	19	17
Acréscimos de proveitos	3.832	4.452
Custos diferidos	368	249
	13.212	15.360

JMH detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas. Estes depósitos estão a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros.

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias e *joint ventures*, destacam-se essencialmente facturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de m EUR 2.006 (2014: m EUR 1.774), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), no montante de m EUR 5.546 (2014: m EUR 5.317).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente m EUR 3.472 (2014: m EUR 4.198) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas e m EUR 230 (2014: m EUR 160) de juros a receber.

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 70 (2014: m EUR 13) de custos com emissão de obrigações e papel comercial e m EUR 298 (2014: m EUR 236) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2015, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

18. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior e descobertos bancários. No balanço de JMH, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2015	2014
Depósitos à ordem	108	251
Aplicações de tesouraria	-	49.150
Caixa e equivalentes de caixa	14	12
	122	49.413

19. Caixa gerado pelas operações

	2015	2014
Resultados líquidos	260.488	317.223
Ajustamentos para:		
Impostos	1.066	1.069
Depreciações e amortizações	378	377
Custos financeiros líquidos	(120)	2.904
(Ganhos) perdas em subsidiárias	(266.231)	(323.509)
(Ganhos) perdas em outros investimentos	(194)	(193)
(Ganhos) perdas na alienação e abate de activos fixos tangíveis	-	-
	(4.613)	(2.129)
Variações de <i>working capital</i>:		
Devedores e acréscimos e diferimentos	1.126	(1.857)
Credores e acréscimos e diferimentos	1.572	(850)
Provisões e benefícios concedidos a empregados	(2.194)	(673)
Caixa gerado pelas operações	(4.109)	(5.509)

20. Capital e reservas
Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar e a receber

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras de JMH no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

20.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2014: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela Companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2015, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2014, no montante de m EUR 22.452.

20.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2015 a JMH detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2015.

20.3 Outras reservas

	Cobertura de fluxos de caixa	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Balço em 1 de Janeiro de 2014	(448)	(1.251)	(1.699)
Varição do justo valor de inst. de cobertura de fluxos de caixa:			
- Valor bruto	593	-	593
- Imposto diferido	(145)	-	(145)
Varição do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda			
- Valor bruto	-	1.048	1.048
- Imposto diferido	-	46	46
Balço em 1 de Janeiro de 2015	-	(157)	(157)
Varição do justo valor de inst. de cobertura de fluxos de caixa:			
- Valor bruto	-	-	-
- Imposto diferido	-	-	-
Varição do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda			
- Valor bruto	-	(94)	(94)
- Imposto diferido	-	21	21
Balço em 31 de Dezembro de 2015	-	(230)	(230)

Estas reservas não são passíveis de ser distribuídas aos accionistas.

20.4 Resultados retidos

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante total de resultados retidos ascende a m EUR 562.201 (2014: m EUR 691.939), provenientes de resultados gerados no exercício e em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos m EUR 312.380 (2014: m EUR 299.953), conforme disposto nos arts.º 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

20.5 Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 9 de Abril de 2015, foram pagos, em Maio de 2015, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 153.966. Ainda em Dezembro de 2015, a Assembleia Geral decidiu a distribuição de reservas livres, no montante de m EUR 235.663. Em 2014, os dividendos pagos ascenderam a m EUR 191.672.

De acordo com a política de distribuição de dividendos, descrita no ponto 7, incluído no capítulo do Relatório Consolidado de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos accionistas a distribuição de um montante de EUR 166.535.068,30 – correspondendo a um dividendo por acção de EUR 0,265 (excluindo-se as acções próprias em carteira).

21. Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos Accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

21.1 Resultado básico e diluído por acção

	2015	2014
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
Número médio ponderado de acções ordinárias (igual ao diluído)	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias (igual ao diluído)	260.488	317.223
Resultado básico por acção (igual ao diluído) – euros	0,415	0,505

22. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que JMH tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outro tipo de formas de financiamento. A nota 26 proporciona informação adicional sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juro.

22.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2015	2014
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	100.000	-
	100.000	-
Empréstimos correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	55.000	-
Descobertos bancários	6.852	-
	61.852	-

22.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	2015	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	2,31%	155.000	55.000	100.000
Descobertos bancários	5,26%	6.852	6.852	-
		161.852	61.852	100.000

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras Companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma Companhia. Assim sendo, os *plafonds* não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de m EUR 24.378 (2014: m EUR 38.200).

22.3 Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de m EUR 155.000 (2014: m EUR 130.000), sendo a taxa de juro variável. No final de 2015, o montante total contratado estava a ser utilizado (2014: m EUR 0).

23. Dívida financeira

	2015	2014
Empréstimos não correntes	100.000	-
Empréstimos correntes	61.852	-
Acréscimos e diferimentos de juros	(129)	(20)
Depósitos à ordem	(108)	(251)
Aplicações de tesouraria	-	(49.150)
	161.615	(49.421)

24. Provisões e ajustamentos ao valor de realização

São constituídas provisões no balanço sempre que JMH tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado por JMH e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para outros riscos e encargos (processos em contencioso)

Provisões relacionadas com processos em contencioso, opondo a JMH são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas por JMH, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2015	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	121.026	-	-	121.026
Activos financeiros disponíveis para venda	3.568	94	-	3.662
Total de ajustamentos para o valor de realização	124.594	94	-	124.688
Outros riscos e encargos	6.038	450	(1.472)	5.016
Total de Provisões	6.038	450	(1.472)	5.016

2014	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	121.026	-	-	121.026
Activos financeiros disponíveis para venda	3.366	202	-	3.568
Total de ajustamentos para o valor de realização	124.392	202	-	124.594
Outros riscos e encargos	5.992	1.021	(975)	6.038
Total de Provisões	5.992	1.021	(975)	6.038

O ajustamento para partes do capital em subsidiárias, reflecte a estimativa dos fluxos de caixa esperados pela Gestão, de acordo com a perspectiva de desenvolvimento futuro das subsidiárias, conforme descrito na nota 2.8..

O ajustamento para activos financeiros disponíveis para venda reflecte a actualização para o justo valor, conforme descrito na nota 16.

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

25. Credores e acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de serviços adquiridos por JMH no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2015	2014
Montantes a liquidar a subsidiárias e <i>joint ventures</i>	1.084	562
Credores comerciais	658	620
Credores não comerciais	8	6
Impostos a pagar:		
IVA	189	249
IRS/IRC retido	197	200
Segurança social	150	147
Outros impostos	35	45
Acréscimos de custos	4.351	2.656
Proveitos diferidos	16	16
	6.688	4.501

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de m EUR 3.888 (2014: m EUR 2.337) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por m EUR 463 (2014: m EUR 319) correspondentes a custos diversos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2015, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

26. Instrumentos financeiros derivados

JMH utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta. De acordo com as suas políticas financeiras, a JMH não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos pelo seu justo valor na data da sua negociação (*trade date*). Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em reserva de cobertura de fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, JMH procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afectam os resultados (por exemplo, quando uma transacção ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transacção futura que resulta no reconhecimento de um activo não financeiro, os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do activo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa

inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

26.1 Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2015	2014
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de Janeiro	-	(818)
(Recebimentos) / Pagamentos efectuados no exercício	-	800
Variação do justo valor derivados de cobertura (outras reservas)	-	593
Custo com juros de derivados de cobertura (resultado)	-	(575)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro	-	-

27. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2015	2014
Garantias a favor da Autoridade Tributária	12.328	12.328
Garantias bancárias sobre financiamentos	18.371	16.473
Outras garantias prestadas	1.420	1.420
	32.119	30.221

28. Contingências

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 24):

- A Autoridade Tributária informou JM, que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065. A Administração, considera não existir qualquer validade, nem fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária reclamou de JM o montante de m EUR 989, referente a IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela entidade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que já accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária informou JM, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade. Estas liquidações, entendendo-se que não assiste razão à Autoridade Tributária nesta matéria, foram já contestadas.

29. Subsidiárias e activos financeiros disponíveis para venda

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2015, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Participação	Fracção cap. detido	Activo	Capital próprio	Resultado
Partes de capital em subsidiárias							
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	a)	Lisboa	100,00%	50	98	93	5
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	5.441	474	38
Eva – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	5,60%	28	72.231	72.212	1.111
Friedman – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00%	5	173	155	(2)
Warta – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	497.770	497.647	238.245
Tagus – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	1.535.965	1.535.945	10.070
Monterroio – Industry & Services Investments B.V.	a) b)	Amsterdão	100,00%	18	358.442	268.276	6.244
New World Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	101.745	101.413	(11.774)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	2.348	2.344	(12)
Activos financeiros disponíveis para venda							
BCP – Banco Comercial Português, S.A.	b)	Porto	0,01%	5.598	74.884.879	5.680.571	235.344

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Está constituído ajustamento para actualização do justo valor.

30. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas

As Companhias detidas por Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2015, são as que constam das notas 27 e 29 que consta do Capítulo III do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

31. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com JMH, incluindo as que possuem, ou estão sujeitas a, influência ou controlo da JMH.

As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

31.1 Transacções com partes relacionadas (accionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não existiram transacções directas entre esta e a JMH no exercício de 2015.

31.2 Transacções com outras partes relacionadas
31.2.1 Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto *Holding* e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a Administração, Ambiente e Segurança Alimentar, Assuntos Jurídicos, Auditoria Interna, Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Controlo Financeiro, Estratégia e Expansão Internacional, Fiscalidade, Gestão de Risco, Marketing e Consumidor, Operações Financeiras, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Recursos Humanos, Relações com Investidores, Segurança, Segurança de Informação e Sistemas de Informação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços, bem como por serviços de gestão de processos de negociação em nome das Companhias do Grupo.

Os proveitos com serviços técnicos e administrativos prestados durante o exercício de 2015 a empresas subsidiárias ascenderam a m EUR 17.784 (2014: m EUR 16.447).

31.2.2 Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das Companhias do Grupo Jerónimo Martins é efectuada centralmente na Direcção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome das Companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos das Companhias. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das Companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2015 a m EUR 1.344 (2014: m EUR 1.831).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2015 a m EUR 491 (2014: m EUR 399).

31.2.3 Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a Companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2015 no montante de m EUR 510 (2014: m EUR 496).

Tal como referido na nota 13, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2015 no montante de m EUR 194 (2014: m EUR 193).

31.2.4 Proveitos suplementares

JMH cobra anualmente uma comissão de vendas a uma Companhia em *joint venture*, que ascendeu em 2015 a m EUR 150 (2014: m EUR 140).

31.2.5 Suprimentos e operações de tesouraria (empréstimos correntes e não correntes)

Jerónimo Martins concedeu suprimentos e operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2015 no montante de m EUR 6.331 (2014: m EUR 8.018).

31.2.6 Custos com pessoal

Sendo Jerónimo Martins um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias Companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2015 com pessoal de outras Companhias foi de m EUR 6.072 (2014: m EUR 4.327).

31.2.7 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2015

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	110	-	-	-	-	-	-
Caterplus - Com. Dist. Produtos de Consumo, Lda.	-	-	-	-	-	213	-
Desimo - Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	20	-	-	-	2	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	254	11	-	-	-
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	39	-	38	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	11	8	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.750	-	50	1	-	224	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	2	-	-	-	-
Jerónimo Martins - Dist. Prod. Consumo, Lda.	4.735	-	160	22	-	-	-
Jerónimo Martins - Lacticínios de Portugal, S.A.	3.095	-	10	11	-	368	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	131	1.185	-	143	-
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	15	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	138	-	-	-	1.988
JMR - Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	-	-	4	180	-	-	-
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	21	43	-	28	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	1	-	-	-	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	3	-	-	-
Lidosol II - Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	97	15	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	20	-
Monterroio - Industry & Services Investments B.V.	-	228.000	-	160	-	-	-
New World Investments B.V.	-	118.600	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	2.360	-	-	-	-	-
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	700	1.568	-	26	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	5.439	366	16	3	-
Recheio, SGPS, S.A.	15.610	-	418	19	-	-	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	112.500	-	-	-	-	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	201.900	-	-	-	-	-
Subtotal	27.300	664.050	7.437	3.632	16	1.080	1.988
Joint ventures							
Fima - Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	4	-
Unilever Jerónimo Martins, Lda.	-	-	184	-	-	-	-
Subtotal	-	-	184	-	-	4	-
Total	27.300	664.050	7.621	3.632	16	1.084	1.988

31.2.8 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2014

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Caterplus – Com. Dist. Produtos de Consumo, Lda.	-	-	-	1	-	243	-
Comespa – Gestão de Espaços Comerciais, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Cunha & Branco – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	20	-	-	-	10	-
Friedman – Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	127	6	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	21	-	35	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	2	2	-	-	-
Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	2	-	-	-	-
Jerónimo Martins – Dist. Prod. Consumo, Lda.	4.865	-	69	10	-	-	-
Jerónimo Martins Polska S.A.	-	-	3	1.648	-	-	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	12	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	4	-	-	45	1.086
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	-	-	14	259	-	-	-
JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	53	33	-	51	-
Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.	-	-	2	-	-	-	-
Lidinvest – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	1	4	-	98	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	8	-
Monterroio – Industry & Services Investments B.V.	-	228.000	-	151	-	-	-
New World Investments B.V.	-	50.205	-	-	-	-	-
Origins – Agro Business Investments B.V.	-	110	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	775	1.565	-	23	-
Recheio – Cash & Carry, S.A.	-	-	5.400	312	16	2	-
Recheio, SGPS, S.A.	38.235	-	523	34	-	-	-
Tagus – Retail & Services Investments B.V.	-	115.295	2	-	-	-	-
Warta – Retail & Services Investments B.V.	-	168.100	-	-	-	-	-
Subtotal	43.100	562.400	6.974	4.050	16	527	1.086
Joint ventures							
Fima - Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	25	-
Unilever Jerónimo Martins, Lda.	-	-	275	298	-	10	-
Subtotal	-	-	275	298	-	35	-
Total	43.100	562.400	7.249	4.348	16	562	1.086

31.2.9 Remunerações dos Administradores

	2015	2014
Salários e prémios	1.951	1.924
Plano de pensões	188	198
	2.139	2.122

O Conselho de Administração é composto por 11 elementos.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Governo da Sociedade, no Relatório Consolidado de Gestão.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 4.2.

32. Informação sobre riscos financeiros

JMH, e em particular o seu Conselho de Administração, dedicam grande atenção aos riscos subjacentes aos seus negócios. O sucesso nesta área depende da capacidade para identificar, compreender e tratar as exposições a eventos que, estejam ou não sob o controlo directo da equipa de gestão, possam afectar materialmente os activos físicos, financeiros e/ou organizacionais da Companhia. A Política de Gestão de Risco do Grupo formaliza esta preocupação ao procurar estimular ou reforçar o tipo de comportamentos necessários a esse sucesso, providenciando as orientações necessárias aos gestores do Grupo na gestão de riscos e oportunidades.

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos cambial, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Companhia. Para o atingir, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras sob supervisão do *Chief Financial Officer*, sendo responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada em 2012 pelo Conselho de Administração.

32.1 Risco de mercado (risco de preço)

JMH, fruto do seu investimento no Banco Comercial Português (BCP), tem exposição ao risco de flutuação do preço de acções. Em 31 de Dezembro de 2015, uma variação negativa de 10% na cotação das acções do BCP teria um impacto negativo de m EUR 27 em Outras Reservas (em 31 de Dezembro de 2014 seria de m EUR 37 negativos).

32.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

32.3 Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

		2015	2014
Instituições financeiras	Rating	Saldo	Saldo
Standard & Poor's	[A+ : AA]	11	13
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	40	27.187
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	7	22.022
Standard & Poor's	[B+ : BB]	34	95
	Não disponível	16	84
	Total	108	49.401

Os *ratings* apresentados correspondem às notações atribuídas pela *Standard & Poor's*. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

32.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das actividades de JM, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à actividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de *spreads* de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JM. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Exposição ao Risco de Liquidez			
2015	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Descobertos bancários	6.853	-	-
Papel comercial	55.658	100.000	-
Credores	1.750	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	343	367	-
Total	64.604	100.367	-
2014	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Descobertos bancários	-	-	-
Papel comercial	26	-	-
Credores	1.188	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	514	574	-
Total	1.728	574	-

33. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2015 foi de m EUR 107, dos quais m EUR 95 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 12, salientam-se os relativos ao acesso a uma base de dados fiscais e serviços de apoio em matérias de recursos humanos;
- A nota 31 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

34. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 1 de Março de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.401.435 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.207.656 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 260.488 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por funções, a Demonstração dos rendimentos integrais, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

4 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161485
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, dos quais contou com a total colaboração.

Verificou a adequação e a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, contando para tal com a colaboração e trabalho produzido pela Comissão de Controlo Interno, pelo Departamento de Auditoria Interna e pelo Auditor Externo.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, nomeadamente as actas da Direcção Executiva e da Comissão de Controlo Interno, assim como toda a documentação conexa que julgou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Reuniu regularmente com o Auditor Externo e com os responsáveis pela preparação do Relatório & Contas, tendo efectuado uma revisão da exactidão dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando dessa forma que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

Ao longo do ano, acompanhou a metodologia de trabalho adoptada pelo Auditor Externo, a evolução das questões por este suscitadas, assim como as conclusões do trabalho efectuado pelo Revisor Oficial de Contas e que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

De igual forma a Comissão de Auditoria verificou que todos os demais serviços, distintos de auditoria, prestados pela firma de Auditoria Externa à Sociedade, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços que, quer pela sua tipologia, quer pelos montantes envolvidos, em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo nem condicionam a opinião do Revisor Oficial de Contas.

Analisou ainda as consequências da publicação em 7 Setembro de 2015, da Lei n.º140/2015, que aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente no que diz respeito à obrigatoriedade da respectiva rotação e ao alargamento do elenco de serviços proibidos.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A.;
- ii) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 4 de Março de 2016

Hans Eggerstedt
(Presidente da Comissão de Auditoria)

António Pedro Viana-Baptista
(Vogal)

Sérgio Tavares Rebelo
(Vogal)

Jerónimo Martins 2015

Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74

www.jeronimomartins.pt